

CONGRESSO

Saem super-ricos, entram bets

Relator do PL que isenta de IR quem ganha até R\$ 5 mil, Lira estuda hipótese de sites de apostas compensarem desoneração

» ISRAEL MEDEIROS
» EDUARDA ESPOSITO
» VANILSON OLIVEIRA
» ALÍCIA BERNARDES*

Em vias de ser pautado no plenário da Câmara, o projeto que isenta de Imposto de Renda quem ganha salário de até R\$ 5 mil segue sendo alvo de discussões sobre a forma como se dará a compensação da perda de arrecadação. O governo prometeu, quando enviou o texto ao Congresso, que a reparação seria feita com a taxação dos super-ricos e de lucros e dividendos distribuídos por empresas. Grandes empresários e representantes do setor produtivo, no entanto, tentam convencer o relator, Arthur Lira (PP-AL), a desistir de taxá-los e focar a arrecadação em um setor específico: o de casas de apostas.

Depois de uma reunião da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), ontem, Lira não afastou a possibilidade. Segundo o ex-presidente da Câmara, metade das casas de apostas que atuam no Brasil, atualmente, operam na ilegalidade e o governo teria potencial de arrecadar muito mais se endu-recesse a fiscalização. “Se só essa metade pagasse imposto, ou houvesse algum rigor nesses meios de pagamento para coibir essas irregularidades, você já dobraria a arrecadação”, afirmou.

Questionado sobre a possibilidade de incluir o aumento de taxas para bets em seu relatório, disse que não chegou ainda a uma conclusão. “O Brasil tem muitos detalhes. Precisamos ter os números para nos posicionar. Aí tem setor que pensa de um jeito, outro setor que pensa de outro. Qualquer modificação tributária causa muito barulho. Vão ter muitas sugestões (ao PL do IR). Vão ter muitas emendas, muitas propostas. Não temos números disso”, observou.

Além de evitar uma possível taxação — ou de diminuir a alíquota sugerindo novas fontes de

Jefferson Rudy/Agência Senado



Haddad calcula que, aprovada a isenção, 20 milhões deixarão de ser “mordidos pelo leão” da Receita Federal

receita —, o lobby do setor produtivo também vê na elevação de alíquotas para casas de aposta a possibilidade de diminuir o uso das plataformas. Entidades ligadas ao setor de indústria propõem a criação de uma Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) sobre bets com alíquota de 15%. Cálculos da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) mostram que o percentual, que incidiria sobre cada depósito, desestimularia as apostas esportivas em até 22%. A sugestão tem apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Segundo números da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), os estabelecimentos comerciais no

país amargaram um prejuízo de R\$ 117 bilhões por causa das bets, em 2024. Isso representa que apostadores estão consumindo menos para sustentar as apostas em plataformas on-line.

O relatório de Lira aprovado pela comissão especial, em julho, no entanto, não tem qualquer menção ao aumento de impostos. Algo que, no entanto, consta da medida provisória (MP) enviada pelo governo, em junho, para compensar perdas com a derrubada parcial do decreto que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O relator mostrou-se disposto a incluir alguns trechos no projeto de lei do IR para reduzir as fortes resistências ao texto no Congresso. Ontem, voltou a falar

sobre a possibilidade, mas sem cravar que itens seriam incluídos.

“A MP está com comissão criada, tem relator definido, e não é de fácil aprovação. Se houver uma emenda de algum assunto que entre no PL, que esteja sendo tratado na MP, não vejo nenhum prejuízo”, explicou.

Além de aumentar impostos para bets, a MP propõe também a majoração de alíquotas para fintechs, que passariam a descontar o mesmo percentual dos grandes bancos para a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) — sairia de 9% para 15%. Segundo Lira, essa proposta pode entrar no PL do IR. Se esse for o caso, no entanto, o prazo para aprovar o texto na Câmara e no Senado fica mais curto:



Se essa metade pagasse imposto, ou houvesse rigor nesses meios de pagamento para coibir irregularidades, dobraria a arrecadação”

Deputado Arthur Lira (PP-AL), sinalizando que os sites de apostas podem compensar perda de arrecadação com isenção do IR

30 de setembro, para respeitar o princípio da noventena.

Sem a CSLL, o projeto pode ser aprovado até dezembro, já que só precisaria respeitar o princípio da anualidade (ser aprovado em um ano para valer no próximo). A decisão final, no entanto, precisará passar pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que ainda não se reuniu com Lira para tratar do tema depois do retorno do recesso.

“Não há, da volta do recesso para cá, nenhuma reunião com o presidente da Casa e os líderes para que a gente fosse comunicado do prazo do plenário. A partir daí é que as coisas começam a, efetivamente, andar”, explicou Lira.

Motta tem ouvido diversos setores para tentar construir um acordo sobre a forma de compensação, que, segundo ele, é o maior desafio do texto desde o início. O objetivo é evitar que a matéria passe por muitas modificações nos plenários das duas Casas do Congresso.

Beneficiados

Já na audiência pública da Comissão Mista do Senado que analisa a MP 1.303/25, sobre as novas regras de tributação para aplicações financeiras e ativos virtuais, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil beneficiará dois grupos: cerca de 20 milhões de pessoas deixarão de pagar o tributo ou terão redução expressiva na carga tributária,

e outros 5 milhões sentirão diminuição na alíquota. O foco, conforme enfatizou, é aliviar o peso da taxação sobre rendas de até R\$ 7,3 mil mensais.

“O objetivo é cobrar de quem não paga e deixar de cobrar de quem paga, mas hoje não consegue fechar o mês”, disse. Para ele, a reforma do IR é uma das principais ações para reduzir desigualdades sem comprometer a responsabilidade fiscal. De acordo com Haddad, a ampliação da faixa de isenção e a redução de alíquotas intermediárias serão calibradas para preservar o equilíbrio das contas públicas.

O ministro comentou, ainda as renúncias fiscais, apontadas como um dos principais fatores de desequilíbrio das contas públicas. Saliентou que “não adianta limitar a despesa primária se nós não limitarmos também o gasto tributário”. Para Haddad, ao longo dos anos, brechas criadas pelo Congresso e pelos governos elevaram essas renúncias de 2% para 6% do PIB, patamar que considerava “absurdo”. Ele lembrou que existe um comando constitucional determinando a redução gradual dos gastos tributários, mas que “esse mandamento não foi levado a sério até aqui”. E afirmou que sua gestão decidiu enfrentar o desafio com dois objetivos: “O primeiro é equilibrar as contas e o segundo é fazer justiça tributária”.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

CORRUPÇÃO

Dono de rede de farmácias é preso por fraude fiscal

» LUANA PATRIOLINO

O empresário Sidney Oliveira, dono da rede de farmácias Ultrafarma, foi preso ontem na Operação Ícaro, do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), para desarticular um esquema de corrupção envolvendo empresários e um auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo. O fiscal Artur Gomes da Silva Neto e o executivo da FastShop, Mario Otávio Gomes, foram detidos.

Segundo a investigação conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão aos Delitos Econômicos (Gedec), Silva Neto chefiava um esquema de fraudes em créditos tributários. O MP-SP afirmou que ele orientava as empresas sobre pedidos de ressarcimento de créditos de ICMS-ST,

compilando documentos para serem enviados à Secretaria da Fazenda e, em alguns casos, acelerando os procedimentos e autorizando internamente os pedidos. Em troca de propinas milionárias, essas empresas “furavam” a fila de pedidos, em processos administrativos complexos e demorados. Isso era importante, sobretudo, para abatimentos em balanços e melhorias no lucro divulgado.

A Operação Ícaro (referência ao personagem grego que por sua ambição de voar se aproximou demais do Sol com asas de pena e cera) ainda apreendeu cerca de R\$ 1,8 milhão em dinheiro vivo, R\$ 10 milhões em criptomoedas, relógios e pedras preciosas cujo valor ainda não foi calculado pelos investigadores.

Segundo o MP-SP, desde 2021

Silva Neto teria arrecadado cerca de R\$ 1 bilhão em propinas por meio de uma empresa registrada em nome de sua mãe. O auditor fiscal é supervisor da Diretoria de Fiscalização (Difis) da Fazenda paulista. Já Oliveira e Gomes eram beneficiados com decisões fiscais irregulares.

A investigação cita ainda o Grupo Nós, dono das lojas de conveniência Oxoxo; a Rede 28, de postos de combustíveis; a Kalunga, rede de papelaria e escritório; e a distribuidora de produtos All Mix. “Outras várias empresas, grandes empresas do setor varejista, também podem ter se valido do mesmo esquema para conseguir a liberação desses créditos tributários”, afirmou o promotor de Justiça Roberto Bodini, que integra o Gedec. Os promotores ainda analisam quais empresas, de fato, aderiram

ao esquema e quais foram só abordadas, sem dar seguimento.

As suspeitas levaram a Justiça de São Paulo a autorizar a quebra do sigilo de mensagens do fiscal. Com isso, a Ultrafarma também foi implicada no inquérito. Os investigadores encontraram centenas de e-mails trocados entre Oliveira e funcionários da empresa com o auditor fiscal. As conversas deixam claro o assessoramento clandestino e que ele saberia do esquema. Segundo a investigação, Silva Neto tinha até mesmo o certificado digital da Ultrafarma para protocolar pedidos de ressarcimento em nome da empresa na Secretaria da Fazenda.

O Correio fez contato com a Ultrafarma e a Fastshop, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria. (Com Agência Estado)

Divulgação/Ultrafarma



Investigação descobriu contatos entre Oliveira e suposto chefe do esquema



ALEXANDRE GARCIA

O GRANDE IRMÃO DO NORTE PERCEBEU QUE IRIA SE FORMAR UMA NOVA VENEZUELA E AVISOU: CENSORES DA EXPRESSÃO AQUI NÃO ENTRAM. E SUSPENDEU VISTOS

A crise

O Brasil foi desorganizado e precisou de uma gota da Lei Magnitsky pingada do norte para acordar alguns que dormiam em berço esplêndido, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e parlamentares — e até alguns do Supremo Tribunal Federal — para perceber que desandávamos por uma rampa escorregadia em direção a profundezas muito perigosas. Acabo de ouvir palestra de um brilhante constitucionalista a nos lembrar de Luís XVI, reagindo ao que pensava ser apenas revoltas.

Mas quando percebeu a realidade, era a revolução, a cortar cabeças, inclusive a do rei. A gota do norte talvez nos tenha agitado a tempo, evitando algo bem pior que tempos de tirania ainda nas preliminares.

Fácil perceber que na base de tudo está o desrespeito à Constituição, dentro da qual há ordem, devido processo legal, democracia, respeito uns aos outros, separação de poderes, vedação à censura, livre expressão, juiz natural, ampla defesa, inviolabilidade de mandatos e, sobretudo, limites para o Estado, para que a nação possa ser livre e progredir. Fora dela, selvageria e tirania. O desrespeito à Constituição só se

sustentou nesses anos pela omissão da mídia e a passividade da cidadania e do Parlamento. E se instalou ante o perjúrio dos que se comprometeram, solene e publicamente, guardar e defender a Lei Maior.

O julgamento da ex-presidente Dilma Rousseff foi o significativo começo disso. Lá, o presidente do Supremo, então o ministro Ricardo Lewandowski, permitiu, ou sugeriu, rasgar o parágrafo único do art. 52 e o Senado referendou. Juntos, traíram seus juramentos e a própria Constituição. Quem usou o verbo trair para eles foi o Doutor Ulysses Guimarães, no dia da promulgação. Triste profecia.

Passa a boiada

Passado aquele boi, passou a boiada. O Supremo criou o “inquérito do fim do mundo” sem Ministério Público e com ele agiu como vítima, polícia, promotor, juiz, executor. Foi uma caixa de Pandora. Fez censura e censura prévia, legislou e, enfim, foi desviado da guarda da Constituição e declarado tribunal político pelo seu próprio presidente Luís Roberto Barroso. Com isso, invadiu os outros poderes.

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi impedido de escolher seu chefe da Polícia Federal. O Supremo chegou a determinar quantos

gramas de droga a pessoa poderia carregar sem incorrer em crime. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), cujo aumento foi declarado ilegal pela maioria do Congresso, foi ressuscitado como legal pelo ministro Alexandre Moraes. Como poder político, e não como juízes, ministros do STF passaram a dar entrevistas e expressar opiniões que antecipam sentenças.

O Congresso, casa política, encolheu-se, mal-conduzido. Não cumpriu nem sequer a obrigação de zelar pela sua competência, prevista no art. 49 da Constituição. Quando os limites do Estado de Direito foram rompidos, o Grande

Irmão do Norte percebeu que iria se formar uma nova Venezuela e avisou: censores da expressão aqui não entram. E suspendeu vistos.

Depois, decidiu que quem fere direitos humanos básicos merece a Lei Magnitsky. Nem todos estão entendendo a magnitude. O Davi do Senado não parece disposto a discutir o impedimento do Golias. O amanhã é imprevisível. O Brasil já cruzou o Rubicão do império da lei e afunda nas areias movediças da outra margem, a do império do arbítrio, onde estão se perdendo segurança política, econômica, jurídica e diretos individuais básicos.